

Parecer nº 83/98

Data: 1998.07.15

Processo nº 406

Requerente: Inspector-Geral de Jogos

1. Pelo ofício n.º 4941, de 1998/06/09, o Sr. Inspector Geral de Jogos, por “duvidas sobre a possibilidade de serem prestadas informações solicitadas pelo Sindicato dos Profissionais de Banca” dirigiu-se à CADA, com vista à obtenção de parecer, “ao abrigo do disposto no n.º 2, do art. 15.º “da LADA que habilitassem a uma resposta àquele Sindicato.
2. Esclarece-se ainda no mesmo ofício “... que a informação pretendida respeita a diversos processos instaurados por infracções administrativas previstas e punidas com multa, nos termos, designadamente, do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro ... na ... redacção ... (do) Decreto-Lei n.º 10/95, de 19 de Janeiro”.
3. O conteúdo do ofício n.º 385, de 1998/05/13, do Sindicato dos Profissionais de Banca dos Casinos, dirigido ao Exm.º Inspector Geral de Jogos, consubstancia apenas um pedido no sentido de serem “... informados se desde 1989 a esta parte foi instaurado qualquer processo à Solverde S. A.”, pedido renovado pelo ofício n.º 409, de 1998/06/01, e 417, de 1998/06/08, por falta de resposta.

Nos ofícios citados, o Sindicato em causa esclarecia que a informação solicitada se prendia “... com a necessidade do direito de defesa a exercer ...” pelo mesmo em Tribunal Judicial.

4. Ora, atentos ao pedido do Sindicato dos Profissionais de Banca dos Casinos, referido em 3., o que está em causa será apenas o fornecimento de informação acerca da existência ou não de algum procedimento instaurado à Solverde S. A.

(ofício n.º 385 de 1999/05/13) e não o acesso a elementos de um ou outro processo em particular.

Efectivamente não são solicitadas consultas, certidões ou fotocópias, facto que não põe em causa a simples informação de existência de processo administrativo, considerando o disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 4.º e a possibilidade de acesso por todos, em conformidade com os n.ºs 1 e 3, do art. 7.º, ambos da LADA.

5. Admite-se que após conhecimento dos processos referenciados pelo ofício do Sr. Inspector Geral de Jogos (cfr. ponto 2.), o Sindicato em causa efective medidas concretas para obtenção de tais processos, contudo nada faz pressupor que se dirija à mesma entidade ou, contrariamente, utilize meio mais favorável a sua defesa em processo judicial, pelo que não se apresenta oportunidade para análise sobre aspectos não ocorridos.
6. Porém, sempre se dirá, caso tivesse havido pedido de acesso nos termos já referidos, em 4. ter-se-ia de considerar a eventualidade dos processos citados em 2. deterem elementos que os pudessem fazer constituir também documentos nominativos ou com dados pessoais (als. b) e c) do n.º 1 do art. 4.º - LADA) e, neste ponto, não acessíveis, salvo nas condições do n.º 2, do art. 7.º, e n.º 4, do art. 8.º, também do mesmo diploma. Igualmente de ponderar seria a possibilidade de tais processos conterem ainda elementos que pudessem admitir alguma reserva de acesso para eventual defesa da vida interna da empresa em causa.
7. Nestes termos conclui-se:
 - O pedido de informação do Sindicato dos Profissionais de Banca de Casinos “... de serem informados se desde 1989 a esta parte foi instaurado qualquer processo à Solverde, S. A.”, constitui-se por informação, a prestar, sobre a existência ou não de documento administrativo e, por isso, não sofre de reservas, nos termos da al. a), do n.º 1, do art. 4.º, n.ºs 1 e 3, do art. 7.º, da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

Comunique-se ao Sr. Inspector-Geral de Jogos as conclusões obtidas.

Lisboa, 15 de Julho de 1998

Francisco de Brito (Relator) – *Narana Coissoró* - *Vasco Almeida* - *José Renato Gonçalves* – *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)